

Mais um complicador

A equipe do governo Collor já pode incluir na sua agenda de problemas a redução da produção agrícola do País em algo como 5 milhões de toneladas, um complicador a mais para o plano de estabilização. Por ocasião do plantio da próxima safra, no terceiro trimestre do ano passado, alertamos, secundando a muitas vozes de produtores, para os riscos da retenção do crédito então determinado pelo ministro da Fazenda, advertindo que o setor produtivo rural não se achava capitalizado ainda para substituir, de uma hora para outra, o crédito oficial. O ministro manteve-se irredutível e o crédito, reduzido, só foi liberado quando muitos já não podiam mais plantar. As consequências estão agora claramente configuradas.

A redução do produto agrícola se dá num momento em que as reservas cambiais do País não permitem a alternativa da importação. Elas se acham no nível mínimo de segurança e nada indica que possam crescer este ano, um ano cujas evidências apontam para dificuldades nas exportações brasileiras.

Concomitantemente, ocorre no País um certo nível de aumento do consumo determinado pela indexação dos salários que, embora precária, é bem melhor do que a política salarial anterior, permitindo mais lenta corrosão do poder de compra dos trabalhadores.

Os três fatos — queda da produção, escassez de divisas e aumento do consu-

mo — indicam séria dificuldade para o êxito da estratégia de combate à inflação preconizada pela equipe do futuro Governo, uma vez que deverá acentuar-se o desequilíbrio entre oferta e demanda, fenômeno que impulsiona os preços para cima. É um sério obstáculo a ser transposto pelo futuro Governo já nos seus primeiros cem dias, período durante o qual se dará a colheita agrícola.

O ano que estamos começando a viver em nada se assemelha ao ano que a campanha eleitoral prometeu, a menos que o futuro Governo assuma a postura de mudança brusca do cenário, o que não parece constituir tendência. No contexto de um programa de mudanças enérgicas deve-se compreender inclusive a suspensão total dos pagamentos à conta da dívida externa, de modo a liberar recursos para o desenvolvimento e para o enfrentamento da conjuntura de crise, como a do abastecimento. Não vemos como compatibilizar esta última demanda com a manutenção de um cronograma de remessas de divisas, mínimo que seja. Não cremos também que a suspensão dos pagamentos possa constituir motivo para o constrangimento externo do País. Os credores sabem que, tal como neste último ano do Governo Sarney, o Brasil continuará não podendo pagar. Se tentar fazê-lo, sobrepondo-se à realidade, os constrangimentos que teremos serão políticos e internos, e também desastrosos.